

## **NARRADORES MELANCÓLICOS: LITERATURA TESTEMUNHAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA**

Glaucia Regina Vianna

**UNIRIO -PPGMS- Programa de pós-graduação em Memória Social  
Especialização em psicanálise e saúde mental na UERJ (2003)  
Formação acadêmica em Psicologia na UGF (2001)  
[vianna.glaucia@uol.com.br](mailto:vianna.glaucia@uol.com.br)**

**Resumo:** Neste artigo pretendemos abordar a questão do testemunho enquanto uma manifestação peculiar da linguagem. Na literatura testemunhal, através da narrativa de alguns autores citados por Márcio Seligmann na obra **Memória, História, Literatura** e num artigo do jornal *Le Monde* intitulado: "Uma memória de luto", percebemos a tentativa de um trabalho de luto que se mostra incompleto e muito difícil de ser elaborado. Tais narrativas refletem um enorme peso da realidade contemporânea e os aspectos políticos envolvidos que apostam no esquecimento. A literatura do século XX-época de catástrofes e genocídios-revela marcas e deixa transparecer suas inscrições nos corpos e memórias.

**Palavras-chaves:** Literatura testemunhal; memória; trauma; luto.

**Abstract:** We intend in this article to approach the question of the testimony as a peculiar manifestation of language. In the testimony language, through some authors reports as cited by Marcio Seligmann in his work, "Memory, History, Literature", and in an article from *Le Monde* under the title of "A mourning memory", we could notice the attempt of a grief work which is shown incomplete and quite difficult to be worked. Such reports reflect a heavy weight on the contemporary reality and the political aspects involved that believe in forgetfulness. The 20th century literature, time of catastrophes and genocides, shows signs and let visible its inscriptions in bodies and memories.

**Keywords:** testimony literature, memory, trauma, mourning

A literatura de testemunho trata da narração da dor, ou seja, nasce de pessoas que buscam representar situações históricas determinadas, pelas quais elas ou outras pessoas passaram, tendo sido marcadas pela extrema violência. Essas narrativas, ao mesmo tempo em que visam o "esquecimento", ou seja, um afastamento da dor, também pretendem ser um testemunho no sentido jurídico e histórico.

Vale ressaltar que a questão do testemunho alude a um campo interdisciplinar, cujo objetivo é o estabelecimento de uma nova abordagem da produção literária de estudo que ainda é escassa.

Nesse contexto, o "sobrevivente" testemunha numa tentativa não só de recompor os fragmentos do eu, mas também a busca da justiça após ter sobrevivido à extrema injustiça. Essa Passagem que foi também um "atravessar" a "morte", problematiza a relação entre linguagem e o "real".

O século XX, era das catástrofes e genocídios, perseguição dos judeus, homossexuais, ciganos e opositores do regime de Hitler, na Alemanha do terceiro Reich e milhares de

perseguidores na América Latina, e em diversas partes do mundo, quer por regimes políticos autoritários, quer pela extrema exploração econômica, ilumina retrospectivamente a história da literatura, destacando esse elemento testemunhal das obras (SELIGMANN, 2003).

As narrativas de testemunho apresentam a história de uma perda; como um terreno obscuro, onde o essencial não pode ser apresentado de modo direto; o testemunho é a apresentação de um desaparecimento e a sua leitura, a busca de traços que indiquem tal “falta originária”. Não há presença originária a ser reapresentada, mas falta, ausência, perda.

O campo das forças sobre o qual a literatura de testemunho se articula se divide na necessidade premente de narrar a experiência vivida e na percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos inenarráveis como também, na percepção do caráter inimaginável dos mesmos e sua inverossimilhança (SELIGMANN, 2003).

Benjamin, em 1936 (1987), no seu célebre ensaio “O narrador”, analisou o retorno dos soldados do front e percebeu que eles manifestavam uma incapacidade de articular suas histórias e experiências, ou seja, o sobrevivente não voltava com histórias, ou experiências para narrar. Diante de um mundo arruinado, a perda da esperança é o maior deflagrador dessa condição pós-guerra.

O testemunho se revela desde o início sob o signo simultâneo da necessidade e impossibilidade. “Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho, enquanto narração, testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de cobrir o vivido “o real” com o verbal. Ao mesmo tempo, aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o indizível que a sustenta” (SELIGMANN, 2003:49).

Existe, portanto, um paradoxo entre a necessidade de narrar e a luta conflituosa com os limites da representação, uma vez que a linguagem é antes de tudo o traço substitutivo e nunca perfeito e satisfatório de uma falta, de uma ausência.

O trauma sofrido por esses sobreviventes originou uma impossibilidade de tirar partido simbólico da experiência vivida, o que corresponde à fala de muitos deles: apesar de ter muitas coisas para dizer me faltam as palavras. Segundo Freud (1917/1976), a experiência traumática é aquela que não pode ser assimilada enquanto ocorre. Farias (2008) esclarece que o trauma é resultado de um excesso que fratura o aparelho psíquico, compreendido como aparelho de linguagem ou mesmo um aparelho de memória. Uma determinada situação, uma vez considerada como traumática, faz surgir algo novo que se instala no sujeito, na condição de exigir elaboração, o que requer que mecanismos de significação sejam constantemente produzidos.

Como a fratura causada pelo trauma apresenta um resto de natureza não simbolizável, o trabalho de elaboração será constante e assim os registros de memória estão constantemente se rearranjando com o propósito de encontrar um signo de percepção que confira sentido àquilo que da ordem da vivência traumática foi inscrito como traço mnésico, mas não passou por qualquer mecanismo de fixação para ser finalmente simbolizado.

A incapacidade de simbolizar o choque concerne ao acaso que surge com a face da morte e do inimaginável o que determina a repetição e a constante “posteridade”. Conforme Freud salienta, a experiência traumática é aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto acontece, nesse contexto o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à sua compreensão.

Ainda nesse caminho, podemos pensar sobre os diferentes modos de sofrimento psíquico. Foi preciso acontecer uma reviravolta decorrente da iniciativa freudiana para demarcar a diferença existente nesses estados que levam à exposição a dor pela perda. Através do método comparativo próprio à sua escrita, Freud (1917/1976), em várias circunstâncias, pretendeu explicar um estado de perturbação psíquica a partir de uma manifestação natural comum a todos os homens. Numa das produções mais importantes feitas acerca da dor de existir, que se intitula **Luto e melancolia**, onde procura explicitar a natureza da afecção melancólica partindo de um estado normal: o luto. Neste texto Freud questiona porque, diante da perda do objeto, que pode ser um ente querido ou alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal, algumas pessoas produzem o luto, que se resolve com um processo de elaboração. No entanto, em outras pessoas, surge a melancolia, levando à paralisação do desejo e da vontade de viver.

A melancolia é caracterizada como um “desânimo” profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima. A esse respeito, Freud (1917/1976) destaca que todos esses traços são relativos ao luto, exceto a baixa auto-estima que expressará em termos energéticos, o empobrecimento do Eu, traço marcante da melancolia.

No luto, a realidade da ausência comprova ao Eu que o objeto não existe mais, obrigando-o a retirar seus investimentos desse objeto e a deslocá-los para outro, um processo penoso que, inicialmente, dificulta a ligação a um novo objeto, uma vez que abandonar o objeto corresponde a abandonar uma posição de satisfação há muito tempo construída. Tal lembrança deixará de ser investida e perderá o lugar que antes ocupava e permanecerá no sujeito, porém não mais como objetivo único da pulsão ou libido objetal. Ainda no tocante ao luto, outro fator importante é que quando o objeto é substituído por outro, isso prova que o objeto é reconhecido como despossuído de totalidade, falho, o que se contrapõe ao objeto na melancolia, que é considerado absoluto, impossibilitando assim a elaboração da perda, ocorrendo também nos estados depressivos, os quais apresentam a possibilidade de elaboração. Conforme e constatado na obra de Freud, (1917/1976) o termo depressão, não é utilizado por ele, pertencendo ao terreno da psiquiatria<sup>[i]</sup>. Porém, segundo Quinet (1999), a partir de indicações em sua própria obra, Freud nos fala desse estado que não impossibilitaria o trabalho do luto como ocorre na melancolia, porém dificultaria bastante a elaboração da perda.

Quando Seligmann (2003, p. 50) cita Saul Frielander, um dos maiores historiadores do Shoah<sup>[ii]</sup>, ele assevera que passadas três décadas desse acontecimento (o holocausto), e observa que embora tenha ocorrido um aumento de conhecimento em torno dele, não aumentou a compreensão. Frielander postula que o trabalho de luto realizado com relação ao Shoah é um trabalho dúbio, fadado sempre a recomeçar, muito mais do lado da melancolia do que puramente do lado do luto.

Há uma marca, como um pano de fundo, que acompanha a vida dessas testemunhas dominadas por um luto invasor e aparentemente impossível de atravessar, de elaborar... Mediante as considerações freudianas, compreende-se que lutos mal elaborados podem produzir sérios processos depressivos, sendo necessário a retomada do contato com a lembrança de tais episódios. Considerando que a dificuldade das formações imaginárias, deve-se em parte, ao recalque da memória de episódios tão dolorosos, esse afastamento da lembrança acaba por tornar o luto tão impossível quanto interminável. Daí a denominação dos interlocutores que retratam esses episódios de narradores melancólicos. Segundo Kehl (2009) é como se o sobrevivente carregasse consigo a chamada “culpa do sobrevivente”, - uma

espécie de mixto de vergonha e culpa por ter sobrevivido a tal catástrofe e não ter impedido a morte dos outros.

No jornal *Le Monde* (TREVISAN, 2001), vemos em letras garrafais um artigo intitulado “**Uma memória de luto**”, em que a autora revela que nos anos pós-guerra, houve um imenso esforço coletivo para prestar honras póstumas aos mortos, (na maioria dos casos, privados de funerais e quase sempre mortos em condições atroz) e com o intuito de consolar os vivos - sobreviventes e enlutados - diziam que uma perda dessa natureza é dificilmente apaziguada. No texto desses narradores percebemos uma escrita marcada por um sentimento atormentado, como por exemplo, ao corpo ausente do pai de Jean Rouaud, desaparecido desde 1914, onde a morte na guerra é considerada a origem obscura dos sucessivos lutos que irão se abater sobre a família do narrador. Afirma Pierre Bergounioux, sobre essa guerra: “Eu estava lá, através daqueles que sinto que me habitam”. No prolongamento de um belíssimo texto de Albert Camus, estes órfãos ou descendentes de órfãos confrontam-se, nos seus relatos, com a amputação de uma parte das raízes de suas identidades.

Tais sobreviventes sentem-se como autômatos, esvaziados de vida, e são as associações, muitas vezes despreziosas, que os conduzem, sem que eles esperem por isso, ao núcleo insuportável da dor, resultante de um luto sempre adiado. Essas associações podem ser representadas por indicadores perceptivos que se traduzem através de uma palavra, mas também por algumas notas de uma melodia esquecida, alguns versos de um poema ouvido no passado, uma carícia leve e furtiva como a das plumas de um pássaro, que poderiam entrar em ressonância com as reminiscências dos mortos queridos, e, por conseguinte, fazer advir o desejo do vivente, que se revela através de suas produções.

Nessas produções de ato, na constância daquele que precisa transmitir algo pela escrita, se precipita um estilo, no qual, segundo Costa (2002) é possível ser reconhecido através da insistência de algo que se repete. Esse estilo produz efeitos no leitor para além do argumento ou do entendimento daquilo que ele lê. Produz, também efeitos no autor, para além daquilo que ele pode reconhecer estar escrevendo. Talvez seja isso que nos leva a postular que a tentativa de narrativa feita pelos sobreviventes através da literatura de testemunho, provoque nas suas entrelinhas, um efeito muito maior na memória do leitor e do escritor, do que apenas servir como um testemunho jurídico e histórico.

### **Des-construções das ruínas nos “rastros e restos” de memória**

Memória é fluxo, tanto na condição criadora quanto na reprodução do mesmo diante de estagnações. Não obstante, existem paralisações nesse fluxo quando, em decorrência de uma vivência traumática, o passado invade a consciência tendo efeito paralisante e mobilizador. Nessas condições, estamos diante das afecções psíquicas, em um tipo de acontecimento ocasionado pelas marcas da memória que se antepõem ao fluxo criativo. A essa condição pertencem os estados depressivos, que também produzem a inibição, sendo a memória convocada a reconstituir tal vivência dolorosa no intuito de promover uma significação e a reconstrução de uma história.

Reportamos-nos a Bergson (2005), cujo ponto central de sua teoria, versa sobre o impulso engendrado pelo afeto, considerado como fator determinante do querer. Faz-se mister esclarecer que na concepção bergsoniana considera-se que a memória possui uma qualidade não-corporal que é o tempo. A memória, para o autor, é a vida do espírito por excelência. Kehl (2009) esclarece que a matéria não tem outro plano de existência a não ser o presente, porém tudo aquilo que transcende a dimensão do corpo e suas circunstâncias - o espaço, os objetos

no espaço, a imagem dos objetos, a percepção dessas imagens podem ser considerados em Bérson como pertencentes à dimensão do espírito. Sendo este não aquele que está fora da matéria, mas o que está fora do tempo.

A memória intervém de forma criativa fazendo parte do processo de mudança à medida em que coincide com a experiência do tempo. Assim, temos duas linhas no pensamento de Bergson: 1) a que relaciona a memória com duração, quer dizer, com fluxos contínuos na criação e, 2) a que relaciona a memória às paralisações com aprisionamento da experiência, como ocorre na vinculação da memória com o afeto. O que há de comum numa e noutra é o fato de o movimento ser apresentado como a verdadeira substância do real, ou seja, tudo é movente por que há um movimento universal do qual participam a matéria e todos os entes. Esse movimento pressupõe mudança entendida na duração.

A respeito do movimento, Bergson (2005) em **A evolução criadora**, distingue três modalidades: movimento translativo, movimento afetivo, movimento evolutivo. O movimento translativo concerne à matéria. A materialidade é constituída por espaços-móveis que agem e reagem entre si, produzindo uma variação universal de mudanças na duração. Essa modalidade de movimento é pensada como o princípio que anima a matéria, sendo a causa explicativa da escolha realizada pelo ser vivo. Em função da escolha Bergson introduziu, a indeterminação, quer dizer, no âmago da matéria produz-se uma lacuna entre as duas direções do movimento: o recebido e o transmitido. Essa mesma lacuna é postulada no âmbito da percepção e da ação, sendo preenchida pela consciência. Isso quer dizer que a consciência ilumina essa lacuna recolhendo os movimentos oriundos da atividade perceptiva que da mesma forma seleciona no conjunto de ações aquela que seria mais eficaz frente a uma dada necessidade.

O movimento afetivo decorre do fato de que a consciência é também indeterminação, quando realiza ações inéditas no mundo material em razão de escolhas. Somente pode-se pensar em escolhas numa ação ativa da consciência sobre a determinação. A ação ativa decorre da absorção que a consciência faz das informações colhidas pelo processo perceptual. Nisso tem-se sempre a presença de um afeto, ou seja, a indeterminação da consciência é acompanhada de um afeto compreendido como vibração situada no intervalo entre percepção e ação.

Para entendermos essa dinâmica, podemos admitir que a percepção recolhe informações no mundo material, mas que também absorve essas informações. Essa absorção é o movimento vibratório situado entre a percepção e ação, conhecido como afeto. O afeto e a indeterminação da consciência são os elementos utilizados no pensamento bergsoniano para pensar tanto a estagnação decorrente da ruptura nos fluxos de intensidade, quanto a transformação decorrente da mudança de experiência, o que remete à segunda característica da experiência traumática: a) uma que explica a mudança na experiência do ser vivo à medida que possibilita a criação e, b) outra pensada em termos de paralisação.

O movimento evolutivo - explica a evolução da vida pelo movimento de diferenciação. A vida pensada como duração, é o resultado da força criadora, ou seja, de um impulso vital que se atualiza na matéria, produzindo a diversidade existente nos seres vivos. Bergson concebe o impulso vital como algo virtual, da mesma forma que pensa a memória. Sendo virtual, esse impulso, como a memória, se atualiza por diferenciação e criação. Eis o contexto em que a evolução é pensada na direção da virtualidade à atualização. No âmbito da virtualidade temos as diferenças apenas em estado potencial, mas é no campo da atualização que aparece a diversidade dos seres vivos. Sendo assim, conclui-se que todos os seres vivos são o resultado de um impulso criador, e também que a vida é geradora de diversidade que se perpetua pelo processo adaptativo sinalizado pela necessidade.

Conforme o pensamento bergsoniano, a memória é conservada conservando-se em si mesma enquanto duração, quer dizer num tempo contínuo em que o passado e o presente não são sucessivos, mas coexistem numa abertura dirigida ao futuro. Por esta razão o passado (a

memória) é parte da natureza do tempo como aquilo que faz passar o presente, conservando-o como passado, pois o tempo não é seqüencial nem linear como a extensão. Nesse contexto, as lembranças são conservadas no tempo enquanto duração, fluxo. O passado é pressuposto ao presente como condição necessária, sem a qual não passaria. Isto é, o presente remete a si mesmo como passado (MACIEL JUNIOR, 2008).

Cabe ressaltar que Bergson (2005) distingue a duração, como sensação subjetiva -interior- do tempo, em sentido geral. A duração não existe fora daquilo que dura. Não se confunde com o pretense tempo homogêneo, pois não há um único ritmo da duração: cada ritmo mede um grau diferente de tensão ou relaxamento da consciência. E além da função de conservação do passado no presente necessária a cada tomada de decisão que a vida impõe aos homens, pode ocorrer a expansão a ponto de alcançar grandes extensões da existência.

No que tange a criação, Bergson (2005) assinala dois tipos de memória. A primeira é a memória-repetição, tal qual um álbum de fotografias, acumula impressões do passado. Já a segunda é chamada memória-contracção ou memória pura, trata-se da faculdade de 're-cordar', no sentido originário de reprodução de estados anteriores, ou seja, uma vivência atual carregada de vivências do passado considerada como uma memória criadora de novos passados que nunca existiram antes. Faz-se mister compreender que nesse contexto parte-se do passado para o presente, da lembrança para percepção, e não o contrário. E o passado, só se atualiza quando se transforma em imagem, processo esse denominado por Bergson de 'atenção à vida'. Porém, é necessário que a lembrança se encarne se materialize se atualize, não em função de seu próprio presente (do qual é contemporânea), mas sim em função de um novo presente em relação com o qual é agora passado.

Eis o pórtico de um vazio, no qual a criação pode ser uma saída satisfatória, especialmente, mediante o recurso de construção de uma memória, pois como afirma Bergson (1974, p. 77) encarar esse vazio corresponde certamente para o homem ter consciência de sua condição de existente e como "toda consciência é, pois memória é a conservação e acumulação do passado no presente". Se considerarmos que tal vazio produzido em consequência da exposição do sujeito a uma experiência traumática, temos que refletir sobre a conscientização desse vazio surgido dessas situações traumáticas, como uma condição de construção de uma memória.

Apesar de todo sofrimento, faz-se necessária a criação de uma memória mesmo que feita de rastros e restos, já que nasce da brutalização do humano, através de rostos rasgados, gargantas cortadas, corpos literalmente pulverizados, profanação de cadáveres. Não obstante a toda selvageria produzida na guerra, surgem os discursos cívicos: "Sequem suas lágrimas; os mortos merecem mais do que lágrimas e chorá-los por muito tempo seria supor que morreram em vão; renegar os ideais pelos quais combateram". Esse é o mote dos discursos que na verdade parece mais uma espécie de controle coletivo da perda na guerra de massas, talvez uma tentativa de justificar o injustificável (TREVISAN, 2001).

Conforme salienta o pensamento bergsoniano o impulso criador nos leva a compreender esse sujeito, o qual chamamos "narradores melancólicos". Estes narradores viveram o horror das guerras e da Shoah como sobreviventes, órfãos ou descendentes de órfãos. Mesmo diante de situações desesperadoras e adversas tentam através de seus testemunhos constituídos por fragmentos ou vestígios de memórias, -rastros e restos- trazer à tona, por intermédio de uma produção de filigranas extraídas de um saber estranho a si mesmo, numa tentativa de que não haja uma queda radical. É através desse subterfúgio que ocorre a restituição de um corpo e um rosto singulares; aqueles que a história engoliu, para retirá-los da grande massa de mortos. Nesse contexto, narrar sua experiência significa acima de tudo fazer uma catarse da dor, apesar de todo apelo derivado das práticas e políticas que conduzem ao esquecimento.

## Bibliografia

BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 3. Edição, 1987.

BERGSON, H. A consciência e a vida. In: BERGSON, H. **Cartas conferencias e outros escritos**. São Paulo: Victor Civita, v. XXXVIII. 1974.

\_\_\_\_\_. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FARIAS F. R. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A.(org) **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

FREUD, S. **Luto e melancolia** (1917). Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV.

KEHL, M. R. **O Tempo e o cão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

QUINET, A. A clínica do sujeito na depressão: Freud e a melancolia. In: ALMEIDA, C.P. e MOURA, M. M. (orgs.) **A dor de existir e suas formas clínicas: tristeza, depressão, melancolia**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.

SELIGMANN-SILVA, M. Reflexões sobre a memória, a História e o esquecimento.

SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). **História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes**. São Paulo: Escuta, 2003.

---

<sup>[i]</sup> Termo criado no início do século XX pelo psiquiatra suíço Adolf Meyer, ganhando maior penetrabilidade no campo da medicina.

<sup>[ii]</sup> Significa catástrofe em hebraico. Texto acessado na internet 27/07/2009. <http://diplo.uol.com.br/imprima118>